

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROCESSO ELEITORAL PARA CONSELHEIROS TUTELARES - 2023

FOLHA RESPOSTA

INSCRIÇÃO	NOME	CPF
CARGO	CONSELHEIRO TUTELAR	

ASSINATURA DO CANDIDATO**INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA FOLHA RESPOSTA**

1. Em **hipótese alguma** será fornecida outra folha resposta.
2. Cada pergunta terá apenas **uma** alternativa correta.
3. Realizar o preenchimento completo do quadrado conforme **modelo**:

A	B	C	D
---	---	---	---

4. Na correção da folha resposta será **desconsiderada** para efeito de pontuação:
 - A) Questão que não apresentar nenhuma opção assinalada;
 - B) Questão que contiver mais de uma opção assinalada, mesmo que seja acidentalmente.
5. Utilizar para marcação da folha resposta somente **caneta azul ou preta**.
6. O candidato não poderá retirar nenhuma folha do caderno de provas.
7. O tempo disponível para a realização da prova e o preenchimento da Folha de Respostas será de **4 (quatro) horas**.
8. O candidato só poderá deixar o local de provas após 1 (uma) hora do início da mesma.
9. Os três últimos candidatos somente poderão deixar a sala juntos, rubricando o envelope com as provas e folhas de respostas.
10. Ao finalizar a prova, **devolver esse caderno de provas ao aplicador**.

RESPOSTAS

Nº	ALTERNATIVAS			
01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D

CADERNO DE PROVA CARGO CONSELHEIRO TUTELAR

1 - A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) representou uma grande conquista para os movimentos sociais que lutavam pelos direitos da infância e adolescência brasileira. A sociedade organizou-se para garantir na lei, medidas de proteção aos direitos da população infante juvenil. O ECA buscou no Art. 227 da Constituição Brasileira as bases para a sua elaboração, ou seja, a normativa é a fonte primária que dá origem ao Estatuto. A Constituição de 1988, através do Art. 227, reconhece as crianças e os adolescentes como cidadãos, garantindo-lhes os direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, além de protegê-los de maneira especial contra negligência, maus-tratos, violência, exploração, crueldade e opressão. Um dos importantes direitos da criança trata-se do direito à profissionalização e proteção no trabalho.

“De acordo com o direito à profissionalização e proteção no trabalho infantil, é proibido qualquer trabalho a menores de ____ anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 12
- B) 13
- C) 14
- D) 16

2 - Para os efeitos desta lei, Lei Federal 8.069 – ECA analise as afirmativas a seguir e dê valores **Verdadeiro (V) ou Falso (F)**.

- () Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos.
- () Considera-se adolescente a pessoa que tenha entre doze e dezoito anos de idade.
- () Em casos expressos em lei, pode-se aplicar excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) F - F - V
- B) V - V - F
- C) F - V - V
- D) V - V - V

3 - De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas abaixo:

I. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. Não é possível, em nenhuma hipótese, a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente aos maiores de dezoito anos.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III
- B) I e II apenas
- C) II e III apenas
- D) I apenas

4 - De acordo com o Artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I– Elevados níveis de repetência.
- II– Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- III- Problemas relacionados ao comportamento de seus alunos.
- IV – Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

Estão corretos os itens:

- A) I, II e IV
- B) I, II e III
- C) II, III e IV
- D) I, III e IV

5 - “A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o e o desenvolvimento e harmonioso, em condições de existência.”

Assinale a alternativa que contém os vocábulos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do dispositivo legal apresentado.

- A) saúde ... nascimento ... sadio ... dignas
- B) liberdade ... crescimento ... saudável ... vitais
- C) saúde ... despontar ... criterioso ... normais
- D) segurança ... estudo ... regular ... excelentes

6 - Conforme determina o Artigo 172 do ECA, um adolescente apreendido em ato infracional deverá ser encaminhado imediatamente:

- A) Ao Conselho Tutelar
- B) Ao Juiz da Infância e Juventude
- C) Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- D) A autoridade policial competente

7 - Considerando o Artigo 19 da Lei nº 8.069/90, complete com a alternativa correta: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, _____, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”

- A) Em família substituta
- B) Nos Serviços de Acolhimento
- C) Em lares provisórios
- D) Por outros parentes

8 - Assinale a alternativa que não corresponde a atribuição do Conselho Tutelar:

- A) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
- B) Aplicar suspensão ou destituição do poder familiar como medida pertinente aos pais ou responsável.
- C) Realizar encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico como medida pertinente aos pais e responsável.
- D) Expedir notificações.

9 - Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Nesse sentido, assinale a opção que apresenta uma atribuição do Conselho.

- A) Determinar atividades de prestação de serviços para reintegrar os adolescentes infratores à escola.
- B) Internar o adolescente em estabelecimento educacional para assisti-lo, quando a família não demonstrar condições de fazê-lo.
- C) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas pertinentes.
- D) Autorizar a criança ou o adolescente a participar dos passeios da escola na ausência dos responsáveis, designando um acompanhante.

10 - As atribuições do Conselho Tutelar incluem:

- A) Recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua.
- B) Realizar tratamento para crianças e adolescentes usuários de drogas.
- C) Participar na audiência de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.
- D) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

11 - O que não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar?

- A) A falta ou a carência de recursos materiais;
- B) A convivência com pessoas dependentes de substâncias entorpecentes;
- C) A negligência no processo de educação dos filhos menores de idade;
- D) O não cumprimento pelos pais das determinações judiciais;

12 - São atribuições do Conselho Tutelar, conforme o Artigo 136 do ECA.

- I) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- II) Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.
- III) Deliberar pela suspensão ou perda de poder familiar.
- IV) Requisitar serviços públicos.
- V) Fiscalizar a venda e consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes.

As afirmativas corretas são:

- A) Todas as alternativas estão corretas.
- B) Somente a alternativa I.
- C) As alternativas I, II, e IV.
- D) As alternativas I, II e V estão corretas.

13 - Sobre o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o Artigo 4º do ECA estabelece a seguinte ordem:

- A) Da família, da comunidade, da sociedade em geral, do poder público.
- B) Do poder público, da família, da comunidade, da sociedade em geral.
- C) Da sociedade em geral, da família, do poder público, da comunidade
- D) Da família, do poder público, da comunidade, da igreja.

14 - Angélica, criança com 5 anos de idade, reside com a mãe Teresa, o padrasto Antônio e a tia materna Joana. A tia suspeita de que sua sobrinha seja vítima de abuso sexual praticado pelo padrasto. Isso porque, certa vez, ao tomar banho com Angélica, esta reclamou de dores na vagina e no ânus, que aparentavam estar bem vermelhos. Na ocasião, a sobrinha disse que “o papito coloca o dedo no meu bumbum e na minha perereca, e dói”. Joana narrou o caso para a irmã Teresa, que disse não acreditar no relato da filha, pois ela gostava de inventar histórias, e que, ainda que fosse verdade, não poderia fazer nada, pois depende financeiramente de Antônio. Joana, então, após registrar a ocorrência na Delegacia de Polícia, que apenas instaurou o inquérito policial e encaminhou a criança para exame de corpo de delito, busca orientação jurídica sobre o que fazer para colocá-la em segurança imediatamente. De acordo com o Artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de resguardar a integridade de Angélica, assinale a opção que indica à medida que poderá ser aplicada:

- A) A aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional de Angélica.
- B) Solicitar a suspensão do poder familiar de Antônio.
- C) Solicitar a destituição do poder familiar da mãe Teresa.
- D) Solicitar o afastamento de Antônio da moradia comum.

15- São Direitos Fundamentais da criança e do adolescente, EXCETO:

- A) Direito à Vida e à Saúde.
- B) Direito à Profissionalização e ao trabalho
- C)Direito à Convivência Familiar e Comunitária.
- D)Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

16- Com base no Artigo 21 do ECA, o poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe com:

- A) Prioridade da mãe
- B) Prioridade do pai
- C) Igualdade de condições
- D) Prioridade do mais velho

17- Quais são os tipos de medidas socioeducativas previstas no ECA para adolescentes em conflito com a lei?

- A) Advertência e multa.
- B) Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.
- C) Detenção e prisão.
- D) Acolhimento institucional.

18 - O Conselho Tutelar recebe uma denúncia de que a mãe nos finais de semana, costuma deixar sozinho em casa à noite o seu filho de apenas 2 anos de idade, sai para a rua e só volta de madrugada. Quais as providências a serem adotadas pelo Conselho Tutelar? Descreva em até 5 linhas quais medidas a serem adotadas:

19 - O que se entende por família natural e por família extensa? Discorra:

20 - Diante de uma situação de maus-tratos verificada pelo Conselho Tutelar, qual deve ser a postura do referido órgão? Discorra e explique:

BOA PROVA!

GABARITO DESTACÁVEL

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.
10.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	

Publicado por:
Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso
Código Identificador:C589AE80

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 27/06/2023. Edição 2801
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>